

PLANO DE GOVERNO

TERESINA (2025 - 2028)



PROFESSOR
TONNY

GESTÃO INTELIGENTE, CIDADE EFICIENTE

NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL 

Agradecimentos

**Agradecemos ao Instituto Libertas do Partido Novo
pelo Caderno de Políticas Públicas**

Aos teresinenses que também acreditam em um futuro melhor

Digo que a nossa cidade é *“terra promissora onde se lançam sementes de um porvir, pleno de amor”*.

Começo esta mensagem com palavras que já foram, tantas vezes, ditas por cidadãos de Teresina, ao cantarem com orgulho o hino da sua cidade. Mas, a nossa capital já não é mais tão verde, tampouco risonha.

Estamos vivendo tempos de incertezas, não só aqui, mas em todo o Brasil. O novo mundo pós-pandemia e os problemas que se agravaram nos últimos anos. Eu vivo com você a grande insegurança que tudo isso nos deixou.

O que faremos?

Planejar o futuro de Teresina é um desafio imenso, mas é também uma tarefa que não pode ser deixada de lado. Precisamos desenhar os rumos da nossa cidade, sonhar juntos com a metrópole que queremos e que podemos construir. O momento de um recomeço está próximo, e com ele, a esperança de voltarmos a ser exemplo na Educação e termos uma Saúde que realmente atende ao cidadão e é referência até para outros estados.

Queremos mais: oportunidades de emprego, serviços públicos sem burocracia e uma gestão informatizada, acompanhando as tendências tecnológicas.

Como candidato a prefeito de Teresina pelo Partido Novo, não tenho padrinho político ou arranjos com grandes estruturas que só buscam fortalecer seus próprios projetos. O que tenho a oferecer é conhecimento, dedicação e coragem, além da vontade de fazer uma gestão eficiente e muito amor pela cidade onde morei a maior parte da minha vida.

Acredito que um bom planejamento é aquele que responde aos principais anseios da população. Por isso, nosso Plano de Governo reafirma o compromisso da nossa gestão com vocês, cidadãos de Teresina. O teresinense tem uma determinação imensa; só precisamos abrir as portas para o futuro.

Nossa bandeira é a educação, com creches e escolas em tempo integral, proporcionando um futuro melhor para nossas crianças e jovens. Na saúde, queremos implementar o Cartão Saúde Teresina, facilitando o atendimento e garantindo que todos tenham acesso à saúde de qualidade.

Peço a você que observe nossas propostas e pense nas sementes de um futuro para nossa cidade. Como disse Madre Teresa de Calcutá: "muitas vezes sentimos que aquilo que fazemos é apenas uma gota no oceano. Mas o oceano seria menor se faltasse essa gota".

Ainda há muito a avançar, e por isso, mais do que nunca, precisamos trabalhar juntos. Com a ajuda e o apoio de todos, e com uma gestão eficiente, construiremos uma Teresina melhor.

Com carinho e compromisso,

Professor Tonny
Candidato a Prefeito de Teresina
Partido Novo.

Metodologia de Construção

Ao longo desse processo, as propostas foram sendo refinadas sob o olhar dos princípios defendidos pelo Partido Novo, sendo adotados os seguintes critérios:

Políticas públicas baseadas em evidências: priorizamos propostas que já foram testadas e mostraram resultados, descartando outras mais recentes que, embora inovadoras, ainda não foram devidamente testadas e não têm a garantia de trazer os resultados desejados.

Responsabilidade fiscal: evitamos propostas que aumentam gastos públicos significativamente, já que todo gasto se tornará um aumento de imposto ou da dívida pública, exceto quando um aumento pontual puder trazer um retorno em economias no curto ou médio prazo.

Simplicidade, foco e gestão: os incentivos da política tendem a gerar grandes promessas, gastos e planos mirabolantes, enquanto a gestão do dia a dia e importantes projetos de bastidores são negligenciados. Orientamos nossas propostas para a execução do básico bem-feito. Projetos complexos só fazem sentido quando a maturidade de gestão assim permitir.

O Partido Novo é um partido defensor de uma ideologia bem definida que, onde foi aplicada, mostrou-se determinante na melhoria da qualidade de vida da população.

Sumário

1	Educação.....	1
2	Saúde.....	6
3	Segurança Pública.....	12
4	Mobilidade e Transporte Público.....	16
5	Esporte, Cultura e Turismo.....	20
6	Geração de Emprego e Competitividade.....	25
7	Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	29
8	Assistência Social.....	34
9	Habitação e Planejamento Urbano.....	37
10	Transparência e Combate à Corrupção.....	40
11	Gestão Pública.....	42
12	Finanças Públicas.....	44

Educação

A educação é essencial para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, o progresso do país. Apesar da importância da pasta, o Estado no Brasil não atinge as expectativas na prestação de um serviço público de qualidade. Problemas como falta de vagas na educação infantil, baixa qualidade do ensino básico e a falta de formação continuada do corpo docente persistem em nosso país.

Em relação à primeira infância, de acordo com estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Brasil possui 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos e, destas, 7 milhões vivem em pobreza. Quando aplicamos esse recorte de renda sobre o acesso à educação infantil, identifica-se que apenas 26% das crianças de famílias pobres frequentam creches.

Avançando para as etapas escolares, reconhece-se que o acesso já foi universalizado, sendo o aprimoramento da aprendizagem o principal desafio. Em 2016 e 2017, menos da metade dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura (45,3%) e Matemática (45,5%) no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e no ciclo de avaliação de 2021, o resultado obtido indicou que o país piorou. Além disso, um estudo do UNICEF de 2023 indica que a proporção de crianças de 7 anos que não sabem ler nem escrever dobrou de 20% para 40% entre 2019 e 2022, com um menor desempenho identificado principalmente entre crianças negras e aquelas cuja alfabetização foi impactada pela pandemia.

A realidade nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não são diferentes: apenas 5% dos alunos que concluem o ensino básico têm conhecimento adequado em matemática, de acordo com os resultados do SAEB.

Este panorama preocupante do aprendizado contribui para o agravamento da evasão escolar, que impacta não só a vida dos alunos que desistem dos estudos, mas também o desenvolvimento econômico e social do país. Em um estudo conduzido em 2022 pelo IPEC para o UNICEF, constatou-se que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 11 a 19 anos, não estão matriculados em escolas no Brasil. Pesquisadores do Insper estimam que os custos fiscais e tributários causados aos cofres públicos pela evasão escolar na educação básica é de R\$ 214 bilhões por ano.

Nesse contexto, a relevância de uma gestão escolar eficiente é inegável, tendo um impacto direto no aprendizado dos alunos. Um bom diretor pode melhorar significativamente o desempenho dos alunos, enquanto um mau diretor pode prejudicá-lo. Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Núcleo Ciência pela Gestão Educacional (NCGE), destaca que elevar o desempenho dos 10% piores diretores à média nacional poderia impactar a renda dos estudantes em R\$ 70 bilhões ao longo de suas vidas.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A educação básica é subdividida em três etapas principais: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil é destinada a crianças de até 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas. O ensino fundamental começa aos 6 anos e se estende por 9 anos, seguidos por 3 anos de ensino médio. De acordo com a Constituição

Educação

Federal, os municípios são principalmente responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Isso significa que as cidades devem garantir vagas em creches, pré-escolas e escolas, manter a qualidade do ensino e cuidar para que a infraestrutura dessas instituições esteja em boas condições.

Para abordar o tema, a gestão municipal deve se concentrar em eliminar as filas e garantir a oferta de vagas para toda a demanda do município, com atenção especial às crianças mais vulneráveis. Além disso, é importante aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública, assegurando que eles alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias. Outro ponto crítico é a valorização e o reconhecimento dos docentes e gestores escolares, incentivando a melhoria da aprendizagem e a assiduidade.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar a taxa de atendimento na educação infantil
- Aumentar a taxa de alfabetização
- Aumentar a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental
- Aumentar o número de creches e escolas em tempo integral

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Eliminar as filas da educação infantil, garantindo oferta de vagas para toda a demanda do município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

A ausência de vagas em creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos afeta desproporcionalmente as famílias mais vulneráveis, comprometendo o desenvolvimento inicial das crianças e impedindo os pais - especialmente as mães - de retornarem ao mercado de trabalho, perpetuando ciclos de desigualdade.

Assim, trabalhar para eliminar as filas das creches, assegurando a disponibilidade de vagas para toda a demanda do município, com foco especial nas crianças em situação de vulnerabilidade, deve ser um foco da gestão municipal.

PROPOSTAS:

- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas.
- Desenvolver e implementar uma política de ampliação de vagas nas escolas.
- Ampliar e estruturar o modelo de creches e escolas municipais em tempo integral com mais disciplinas, um currículo mais completo e atividades ao longo de todo o dia, preparando melhor nossas crianças para o futuro.

Educação

- 2) **Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.**

Assegurar que os estudantes atinjam os níveis de aprendizagem esperados para as suas faixas etárias é essencial para garantir uma educação de qualidade e prepará-los adequadamente para o futuro. Para isso, propõe-se a implementação de ações que visam criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e motivador, que não só melhore o desempenho acadêmico dos alunos, mas que também reduza as taxas de evasão escolar.

Uma das maneiras de alcançar esses objetivos é através de projetos experimentais que envolvem a colaboração com a iniciativa privada para contratar bolsas para os alunos da rede pública, ou ainda, implementar escolas públicas geridas por entidades sem fins lucrativos. Com a implementação dessas medidas, espera-se um impacto positivo no sistema educacional, beneficiando não apenas os estudantes, mas a sociedade como um todo, ao formar cidadãos mais preparados e qualificados.

PROPOSTAS:

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.
- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
- Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.

Educação

3) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.

As limitações da gestão pública frequentemente impedem a implantação de uma política de valorização efetiva dos professores e gestores escolares que promovem a melhoria da aprendizagem de seus alunos. É necessário, portanto, transformar essa realidade e estabelecer mecanismos que reconheçam o papel dos educadores na melhoria da qualidade do ensino, premiando os profissionais da educação básica que se destaquem, incentivando o esforço individual.

PROPOSTAS:

- Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula.
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

4) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional.

Frequentemente, as escolas lidam com limitações na infraestrutura, falta de material didático adequado e deficiências na formação e desenvolvimento profissional de seus educadores.

Esses obstáculos gerenciais comprometem a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. Além disso, é importante que a Prefeitura cumpra todos os requisitos para pleitear recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa de Ações Articuladas (PAR) da União e dispute os recursos do VAAR do FUNDEB.

Por fim, com relação à gestão de pessoas na secretaria de educação, tão importante quanto a formação continuada dos professores é a capacitação dos planejadores e gestores públicos que cuidam do sistema de educação municipal.

PROPOSTAS:

- Avaliar a viabilidade de estabelecer parcerias para a construção e manutenção dos imóveis das escolas, com o objetivo de fornecer a estrutura necessária à melhoria da aprendizagem no município.
- Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.
- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.
- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.

5) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino

O diagnóstico preciso e precoce de quaisquer condições que afetem a aprendizagem é crucial para assegurar o desenvolvimento cognitivo adequado dentro de um contexto de educação inclusiva. Identificar necessidades de suporte e adaptações no momento certo é fundamental para definir a trajetória escolar do estudante. Cada situação requer uma solução específica, frequentemente única, necessitando de atenção e cuidado especializados. Portanto, é essencial combater a falta de diagnósticos precisos e a escassez de recursos especializados para apoiar efetivamente a educação inclusiva.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.
- Contratar assistentes terapêuticos para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

Saúde

Anualmente, são registrados mais de 20 mil casos de mortes evitáveis de crianças de até 1 ano de idade no Brasil. Conforme estimativa realizada pela Comissão de Saúde Global de Alta Qualidade, 153 mil vidas são perdidas todos os anos em decorrência do atendimento de má qualidade, enquanto 51 mil óbitos ocorrem por falta de acesso ao atendimento de saúde.

Assim, é preciso discutir como aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente porque, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (2019), apenas 59,7 milhões de pessoas, o equivalente a 28,5% da população brasileira, estavam cobertas, à época da realização do estudo, por um plano de saúde, seja ele voltado a cuidados médicos ou odontológicos. Significa que 71,5% dos brasileiros dependem exclusivamente do SUS para acessar serviços de tratamento, assistência hospitalar, atendimentos especializados e outros cuidados primários.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou relatório que enfatiza os benefícios financeiros e de saúde do investimento no controle de doenças crônicas não transmissíveis. Um investimento de aproximadamente US\$1,27 por pessoa a cada ano em países de baixa e média-baixa renda pode levar a um retorno de pelo menos R\$36,00 por pessoa em termos de aumento de empregos, produtividade e longevidade. Esse investimento, se feito de forma abrangente, pode resultar num ganho de US\$350 bilhões até 2030, ao mesmo tempo que pouparia mais de 8 milhões de vidas. Isso impõe uma grande responsabilidade sobre os municípios.

A responsabilidade dos municípios na promoção da saúde é ainda mais evidente ao observarmos os desafios enfrentados na área da imunização, componente crucial na prevenção de doenças e promoção da saúde pública. Considerando a importância da imunização, é alarmante notar que, de acordo com dados do Observatório da Atenção Primária à Saúde, da Umane, entre 2001 e 2015, a cobertura vacinal no Brasil permaneceu acima de 70%. Em 2016, contudo, essa taxa caiu para 59,9% e continuou diminuindo a partir de 2019, alcançando apenas 52,1% em 2021.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A Lei do SUS atribui aos municípios a responsabilidade de garantir a atenção primária da saúde, prestada por meio dos serviços realizados nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, os famosos postos de saúde. Além disso, a cidade tem a função de gerenciar os serviços de saúde secundária e terciária, seja por meio da contratualização de serviços ou da prestação direta, existindo casos em que a prefeitura gerencia a integralidade do sistema de saúde.

O município deve realizar campanhas de vacinação, programas de saúde preventiva, triagem e encaminhamento dos pacientes para os especialistas e distribuição de medicamentos. Por fim, também integra o SUS a vigilância sanitária, responsável por garantir a qualidade dos alimentos e a salubridade de estabelecimentos.

Saúde

Percebe-se, então, que a atuação do município é essencial para a proteção e melhoria da qualidade de vida da população. Nesse esforço, é crucial que o sistema público municipal esteja alicerçado em quatro pilares fundamentais: acesso, prevenção, diagnóstico preciso e tratamento adequado. A concretização de cada um deles exige uma abordagem integrada entre setor público e privado, focada em gestão eficiente, uso de tecnologia e participação da comunidade.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o acesso a cuidados básicos de saúde
- Aumentar a cobertura vacinal
- Aumentar a cobertura do atendimento pré-natal
- Reduzir a mortalidade infantil
- Reduzir as mortes por causas preveníveis
- Aumentar a expectativa de vida ao nascer
- Aumentar o acesso e a promoção dos serviços de saúde mental
- Zerar a fila de consultas e exames com o Cartão Saúde Teresina

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.

Diante das ineficiências operacionais do SUS, a melhoria da qualidade do serviço passa por aprimorar a gestão de processos, dados, pessoas e insumos utilizados. É necessário, por exemplo, qualificar a tomada de decisão de cada médico por meio de prontuários eletrônicos e da melhoria dos processos de triagem, direcionamento e agendamento de consultas a especialistas por meio de integração dos sistemas de saúde municipal e estadual. Além disso, é fundamental estabelecer metas claras e mensuráveis, que sejam acompanhadas de perto pelos gestores de saúde. Nesse contexto, cabe ao Legislativo a responsabilidade de fiscalizar a definição e o cumprimento dessas metas, garantindo a transparência e a prestação de contas necessárias.

Para isso, a Fundação Municipal de Saúde deve priorizar a instalação de sistemas eletrônicos de gestão e treinar os servidores públicos na ponta para que a captação de dados seja efetiva. Ademais, é importante que a gestão de estoque de medicamentos seja monitorada em tempo real, aderindo às melhores práticas para a atividade, além de oferecer opções terapêuticas semelhantes ou mesmo outros pontos de oferta do medicamento, para que o paciente seja efetivamente suprido em sua necessidade.

Por fim, a melhoria da gestão deve ser integrada às medidas de ampliação e modernização da infraestrutura disponível. Essas abordagens permitem aos gestores maior agilidade.

PROPOSTAS:

- Implantar o Cartão Saúde Teresina, em que o usuário do SUS de Teresina que esteja cadastrado no CadÚnico, consiga fazer, na rede privada, a consulta e/ou exame que não estiver disponível na rede pública municipal.
- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.
- Estabelecer um sistema de monitoramento, em tempo real, para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.
- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.

2) Fortalecer a saúde da família, ampliar o acesso a serviços médicos e aumentar o acesso e a promoção dos serviços de saúde mental.

A saúde da família no Brasil é um modelo de atendimento médico primário focado no cuidado contínuo às famílias em suas comunidades. Ao contar com uma estrutura bem definida e profissionais devidamente treinados, o Programa de Saúde da Família contribui significativamente para a minimizar a sobrecarga desnecessária do sistema de saúde, otimizando recursos e melhorando o atendimento a quem precisa, além de prevenir reinternações e complicações tardias de doenças. Além disso, é importante ampliar o acesso a serviços de saúde mental, por meio da expansão de centros de atendimento, clínicas comunitárias, linhas telefônicas de apoio psicológico e contratação de profissionais de saúde mental.

Nesse contexto, o objetivo principal é fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos e de saúde mental para garantir que todos os membros da comunidade, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a cuidados básicos de saúde. A partir de campanhas educativas, da telemedicina e de parcerias será possível aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

Saúde

PROPOSTAS:

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em regiões isoladas, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.
- Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.
- Realizar uma avaliação abrangente das necessidades de saúde mental da comunidade, identificando grupos vulneráveis e lacunas no serviço existente.
- Implementar campanhas de conscientização, reduzindo o estigma e aumentando o conhecimento sobre ansiedade, depressão estresse e outros transtornos mentais.
- Ampliar o acesso a serviços de saúde mental.

3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.

O papel da vigilância sanitária é prevenir que doenças se espalhem, combatendo seus vetores e monitorando a qualidade dos produtos utilizados e consumidos pela população. Desta forma, é a vigilância sanitária que licencia e fiscaliza a produção de alimentos e a fabricação de medicamentos e cosméticos, além de combater os focos de proliferação dos animais que transmitem as doenças.

Por isso, revisar e atualizar normativas, implementar sistemas informatizados de alerta rápido para surtos de doenças e informar e envolver a comunidade na promoção de práticas seguras é tão importante. A atuação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias deve ser intensificada e direcionada pela incorporação de tecnologia, como o georreferenciamento de casos. Com essas medidas, estaremos não apenas melhorando as condições de saúde pública, mas criando uma base sólida para a prevenção de riscos futuros.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
- Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
- Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.
- Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.
- Revisar os procedimentos da Fundação Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.

A falta de imunização ameaça a saúde pública em geral, dificultando o controle de doenças que podem ser evitadas pela vacinação. O Brasil costumava ter bons índices de cobertura vacinal, mas registrou leve queda na taxa bruta de vacinação nos últimos anos, cenário que precisa ser revertido. Assim, o objetivo principal dessas campanhas, portanto, é garantir a ampliação da imunização, enfrentando as restrições de acesso e de conscientização que contribuem para a falta de vacinação da população. Fundamental, assim, treinar as equipes de vacinação e inserir os times de saúde da família na busca ativa pela população elegível à vacinação, mirando o atingimento de bons índices de vacinação.

PROPOSTAS:

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.
- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.
- Implantar e quipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

Saúde

- 5) **Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.**

A fragmentação das políticas de saúde nos âmbitos municipal, estadual e federal, muitas vezes, resulta em lacunas no atendimento, ineficiências na alocação de recursos e uma falta de dados abrangentes para orientar decisões estratégicas. Nesse cenário, o objetivo é aprimorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde, seguindo as diretrizes do SUS e fazendo uso de dados e cooperação para embasar decisões mais eficazes e abrangentes.

Ao integrar os sistemas de saúde municipal e estadual, alcança-se uma prestação de serviços mais coesa, na qual o atendimento primário é fortalecido nos municípios e serviços especializados são centralizados em polos regionais do estado. Essa integração não apenas promove um atendimento mais eficaz, mas viabiliza o compartilhamento eficiente de dados e abre portas para uma captação ampliada de recursos.

PROPOSTAS:

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino e pesquisa para aprimorar o planejamento e a avaliação das políticas de saúde do município.
- Ampliar a captação de recursos para saúde por meio dos programas do Governo Federal.

Segurança Pública

Uma das funções mais básicas de um governo é garantir a segurança e proteger a propriedade privada. O Estado no Brasil, contudo, não desempenha bem essa função. Nosso país tem 10 das 50 cidades com mais homicídios per capita do mundo e é uma das 20 nações mais violentas. Além disso, existem no Brasil 53 facções criminosas que disputam a dominância territorial e econômica instaurando, por vezes, situações análogas à guerra civil nos municípios e presídios nacionais.

Em virtude disso, e convivendo com o sentimento de impunidade provocado por um processo penal ineficiente na prisão dos criminosos, a realidade é que a sensação de insegurança faz parte do dia a dia no país.

As evidências, todavia, apontam que cerca de 50% dos crimes acontecem em 2% a 4% dos territórios das cidades. Locais onde fatores como baixa visibilidade, pouca iluminação, facilidade de fuga, baixo tráfego de pessoas ou a má zeladoria facilitam a atuação dos criminosos. Isso ocorre porque, apesar de a prática de delitos possuir diversas causas, algumas delas dependem do ambiente e da situação. Como nesses locais é menos arriscado praticar crimes, é mais recompensador do ponto de vista do criminoso.

Além da segurança pública, o esforço de proteger a vida dos munícipes envolve o enfrentamento das catástrofes e calamidades, alocadas às instituições da defesa civil. No Brasil, é comum que nos períodos de chuva sejam notícia dos deslizamentos de encostas e a ocorrência de inundações, além de queimadas nos períodos de seca. Assim, compreendendo a segurança de modo mais amplo, a partir do conceito de defesa social, é preciso aprimorar os mecanismos de prevenção e reação a acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Embora constitucionalmente a segurança pública seja responsabilidade dos estados e da União, os municípios também podem e devem desenvolver políticas para assegurar a proteção e o bem-estar de seus habitantes, principalmente por meio de três eixos: melhor gestão dos espaços públicos na cidade; apoio na implementação de soluções de prevenção e repressão pelas forças de segurança, a partir do uso de inteligência e tecnologia; e prevenção do crime.

Além disso, é importante lembrar que, além da segurança contra o crime, a proteção de vidas da população também inclui planejamento e resposta a acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais, como enchentes e desabamentos, que são competência de um programa de defesa civil. A gestão pode operar de maneira similar ao combate ao crime, mapeando riscos e desenvolvendo respostas preventivas e reativas para as principais possibilidades de riscos.

Segurança Pública

Todas as medidas demandam a atuação coordenada entre a equipe encarregada de executar políticas de segurança pública, as forças de segurança, órgãos de persecução criminal (como o Ministério Público) e outras equipes e secretarias da cidade, como a Defesa Civil, a zeladoria e planejamento urbano, educação, saúde e assistência social.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Redução do número de furtos e roubos**
- **Redução do número de mortes violentas intencionais**
- **Redução do número de mortes violentas por causa indeterminada**
- **Redução da ocorrência de crimes de violência sexual**
- **Redução da ocorrência de crimes de violência física**
- **Redução do número de danos e mortes causados por acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais**

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) **Produzir e monitorar dados claros e precisos de incidência de crimes, permitindo a focalização e a territorialização das ações de prevenção e combate, especialmente nas regiões mais críticas.**

O primeiro passo para prevenir o crime é mapear os locais em que ele prioritariamente ocorre. Isso permite o uso de inteligência e a atuação coordenada com outras secretarias e com o governo do estado e forças policiais, como as polícias Civil e Militar, para resolver os problemas de cada localidade.

Serão utilizadas metodologias e softwares para a compilação desses dados e a produção de mapas de calor ou relatórios de inteligência. A utilização e, eventualmente, o aprimoramento dessas ferramentas é fundamental para a eficiência de toda política de segurança pública aplicada no município.

PROPOSTAS:

- Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.
- Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.
- Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.
- Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.

Segurança Pública

- 2) Construir um plano intersetorial de prevenção e combate ao crime, coordenando planos de ação junto às forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.**

A criminalidade não possui apenas uma causa e, portanto, o seu combate não se resume a uma única solução. É importante, após a compreensão do comportamento criminoso no município, a estruturação de um plano intersetorial entre as secretarias municipais, as forças de segurança locais, do estado e, a depender das características do crime no município, também as da União, além de organizações da sociedade civil, prevendo ações das diferentes pastas com o foco em reduzir os delitos no território municipal.

Algumas pastas, como a assistência social e o planejamento urbano, poderão contribuir para prevenção à criminalidade. Outras poderão apoiar para aumentar a chance de um criminoso ser detectado e apreendido, como as forças de segurança e de infraestrutura.

PROPOSTAS:

- Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança.
- Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime.
- Autorizar que associações de moradores formalmente registradas possam implementar estrutura física de monitoramento e segurança, bem como contratar serviços de vigilância privada que atuem em conjunto com as forças de segurança.

- 3) Aumentar a efetividade da gestão municipal na promoção de segurança, inclusive da Guarda Municipal.**

A boa execução de qualquer política pública exige um corpo técnico treinado e capacitado para aplicá-la. No caso da segurança, o município possui uma Guarda Municipal que utiliza ela como parte da política de combate ao crime, em especial no patrulhamento ostensivo e na fiscalização de mercadorias que possam ser fruto de receptação, a fim de desarticular o crime organizado.

De todo modo, a participação do município na construção das ações que serão implementadas é fundamental para torná-las efetivas, devendo contribuir com o levantamento de informações, criação de uma estrutura de inteligência e diálogo constante com os gestores da política de segurança e com as forças policiais.

Segurança Pública

PROPOSTAS:

- Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.
- Instalar um Centro de Controle Operacional para coordenar as ações, reunir e analisar informações, e alinhar políticas públicas de segurança com forças de segurança e os serviços de emergência.
- Implementar as capacidades concedidas na Lei Federal 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, para que possam desempenhar um papel mais ativo na promoção da segurança nos ambientes urbanos.
- Autorizar o corpo existente da Guarda Municipal a fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de serem produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.

4) Implementar práticas preventivas e reativas de Defesa Civil, criando sistemas, planos e intervenções que protejam vidas.

Além do crime, acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais ameaçam a vida das pessoas e precisam de uma resposta adequada. A efetividade das medidas preventivas e reativas depende da construção de uma política de estado estruturada, que permita a atuação constante do poder público no aprimoramento da infraestrutura das cidades, visando atenuar os impactos das chuvas, alagamentos, desabamentos e deslizamentos, e da preparação para uma resposta rápida quando esses eventos ocorrerem.

Também é importante o treinamento contínuo das equipes que executarão essas medidas em situações de pressão e a coordenação de ações de educação da população para estarem preparadas para reagir em situações de emergência.

A finalidade deste objetivo é construir um nível de inteligência com um corpo técnico capaz de coordenar as ações do poder público nas áreas de risco, reduzindo os impactos dos desastres ambientais.

PROPOSTAS:

- Mapear áreas em risco de alagamento e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.
- Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como manutenção e expansão do sistema de drenagem.
- Implementar um sistema de notificação de tempestades, alagamentos e outros riscos que emita alertas para moradores da cidade e das áreas de risco.

Mobilidade e Transporte Público

Tratar de mobilidade é discutir como reduzir o tempo e aumentar a segurança no deslocamento das pessoas dentro de uma cidade; é sobre como coordenar e otimizar diferentes modais para acelerar esse movimento. Quando as cidades perdem mobilidade, aumentando tempos de deslocamento, o acesso a emprego e educação é limitado, a qualidade de vida de seus moradores cai e a produtividade econômica da cidade é prejudicada.

Segundo uma pesquisa de 2023 realizada pela Confederação Nacional das Indústrias, 36% dos brasileiros em grandes cidades perdem mais de uma hora por dia no trânsito e 8% dos moradores passam mais de 3 horas por dia no trânsito. Contando apenas os deslocamentos acima de 30 minutos, o prejuízo anual do trânsito está estimado em R\$188 bilhões por ano em 2023.

Estruturalmente, muitos sistemas de transporte coletivo são deficitários e dependem de subsídios da prefeitura ou dos governos estaduais. A situação nas regiões metropolitanas é ainda mais desafiadora, pois os municípios e o estado devem chegar em um arranjo de integração entre os sistemas de transporte coletivo municipal e metropolitano.

Por fim, discutir mobilidade também é procurar reduzir a mortalidade relacionada ao trânsito. Segundo estudo do IPEA, o trânsito brasileiro registrou um aumento de 13,5% nas mortes entre 2010 e 2019 em comparação com a década anterior, sendo uma necessidade latente a melhoria da segurança viária nas cidades.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios são responsáveis por planejar, gerenciar e executar políticas de transporte coletivo público urbano que atendam às necessidades de deslocamento da população de forma eficiente. Sobre os sistemas de transporte público coletivo, debate-se atualmente arranjos que segregam as operações de bilhetagem, operação dos ônibus e gestão da estrutura de rodagem, terminais e pontos de parada, permitindo que cada operador foque no que é mais eficiente.

A mobilidade, porém, não se limita ao transporte público: envolve a implantação de políticas de segurança no trânsito e a promoção de modais não motorizados como bicicletas e caminhadas, bem como a implementação de infraestrutura adequada, como ciclovias e calçadas acessíveis.

Por fim, é importante ressaltar que a mobilidade é afetada por políticas públicas de habitação, planejamento urbano e geração de emprego, devendo ser critério para tomada de decisão pública também nessas áreas.

Mobilidade e Transporte Público

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o gasto público municipal com subsídios ao sistema de transporte público coletivo, revisando os contratos com as empresas de ônibus
- Reduzir o tempo médio de deslocamento casa-trabalho
- Reduzir a distância das residências ao acesso ao transporte público coletivo
- Aumentar a extensão da rede de transporte público coletivo
- Reduzir a mortalidade e a morbidade nos transportes

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Expandir e modernizar o sistema de transporte coletivo por meio de parcerias, uso de tecnologia e incentivos para investimentos, buscando eficiência e agilidade.

O transporte coletivo é a principal forma de deslocamento de um expressivo contingente da população brasileira, especialmente a de baixa renda. Pensar em mecanismos de modernização do sistema de transporte, aumentando o conforto para os usuários e reduzindo o tempo de deslocamento, é de grande importância para Teresina.

Para tanto, é essencial partir da otimização das redes com a definição de linhas alimentadoras, cuja função é levar os passageiros até o terminal onde há integração com linhas troncais ou de maior porte. Nesse mesmo esforço, a integração dos sistemas de transporte coletivo na cidade é um desafio político significativo, mas que deve ser perseguido, pois traz benefícios substanciais para os usuários do sistema.

PROPOSTAS:

- Empregar técnicas de mapeamento, incluindo georreferenciamento, para redesenhar, se for o caso, ou aprimorar a expansão da rede de transporte coletivo, integrando linhas alimentadoras e linhas troncais por meio de um terminal, gerando maior eficiência.
- Promover a integração dos sistemas de transporte coletivo municipais com os demais municípios ou com a rede estadual na região metropolitana.
- Realizar estudos técnicos para apoiar a ampliação e a implementação de infraestrutura e linhas de transporte, como BRT e metrô, utilizando estratégias como parcerias, publicidade e aproveitamento do aumento do valor de terrenos adjacentes.

Mobilidade e Transporte Público

- 2) Implementar uma gestão financeira eficiente no sistema de transporte coletivo, focando na redução dos subsídios, modelando novas concessões economicamente sustentáveis e revendo os contratos vigentes, mantendo seu equilíbrio econômico-financeiro.

Os sistemas de transporte coletivo geralmente recebem subsídios municipais para serem economicamente viáveis. Ocorre que o modelo regulatório dos contratos de permissão e concessão do transporte coletivo costumam ser pouco transparentes e dificilmente conseguem criar mecanismos claros de incentivo à eficiência do operador.

Assim, a sensação criada para o contribuinte e para o usuário é a de que pagam um preço caro tanto na tarifa quanto no subsídio por um serviço que poderia ser aperfeiçoado. É importante, então, que a Prefeitura revise e modernize os instrumentos contratuais onde for possível.

Por fim, e até por se tratar de um serviço público essencial, a descontinuidade do transporte coletivo impacta de maneira severa o funcionamento da cidade. É importante que a estruturação dos projetos de transporte mitigue a assimetria de informação e a dependência do poder público e do operador do sistema. Para isso, o que se debate atualmente é a separação das etapas do serviço de transporte em contratos independentes com operadores distintos. Uma empresa opera a bilhetagem do sistema, outra opera as linhas e faz a manutenção dos ônibus, outra ainda explora os terminais.

PROPOSTAS:

- Contratar separadamente o fornecimento dos veículos, o serviço de bilhetagem, a operação das linhas de ônibus e a operação dos terminais, visando reduzir a assimetria de informação da Prefeitura e ampliar a capacidade e a eficiência da gestão dos serviços de transporte público coletivo.
- Revisar contratos e subsídios das empresas de transporte atuais, realizando auditorias para uma aferição mais precisa do número de passageiros e verificando a eventual existência de ineficiências, irregularidades e descumprimento de cláusulas contratuais, além da qualidade geral dos serviços prestados.
- Permitir a exploração de publicidade nos ônibus e pontos de ônibus e reverter as receitas do estacionamento rotativo para a tarifa do transporte público coletivo.
- Revitalizar terminais por meio de projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte coletivo.

- 3) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.

A crescente dependência do carro como meio de transporte individual resulta em congestionamentos intensos, aumento da poluição do ar e tempo de deslocamento prolongado. Diante desse cenário, faz-se necessário promover alternativas ao uso do carro, o que costuma passar pela diversificação dos modais que operam na cidade.

Mobilidade e Transporte Público

Uma regulamentação segura e simplificada de transportes alternativos e serviços baseados em tecnologia (motoristas de aplicativo e bicicletas), a implementação de um programa de faixas dedicadas a motocicletas em vias expressas e a criação de ciclofaixas, baseadas em estudos técnicos, são exemplos que podem incentivar o uso de novos modais.

PROPOSTAS:

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo e bicicletas, facilitando e apoiando inovações no setor.
- Implementar um programa de testes para faixas dedicadas a motocicletas nas vias expressas, acompanhado de um monitoramento para medir os impactos e resultados dessa iniciativa.
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

4) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.

A elevada incidência de acidentes, lesões, óbitos e prejuízos financeiros relacionados ao trânsito evidencia a necessidade de abordagens eficazes para mitigar esses problemas. Sendo assim, é essencial adotar estratégias para promover a segurança no trânsito, aprimorando as habilidades das equipes de gestão de tráfego ou estabelecendo parcerias com institutos especializados. Essencialmente, isso envolve a criação de mapas detalhados dos pontos críticos de acidentes e a implementação de intervenções urbanísticas baseadas em análises técnicas e de risco. Tais ações visam diminuir a ocorrência de acidentes, promovendo um ambiente de trânsito mais seguro.

PROPOSTAS:

- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.
- Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.
- Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, se existir, ou elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.

Esporte, Cultura e Turismo

A prática de esportes comprovadamente contribui para a felicidade. Estudo realizado pela Ticket Sports, maior plataforma de vendas de inscrições para eventos esportivos da América Latina, mostrou que a maior parte dos atletas amadores se considera feliz sempre ou a maior parte do tempo. O mesmo estudo apontou que eventos esportivos são momentos inesquecíveis e de grande realização pessoal, em especial pelo fator de superação.

O esporte também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento na infância: artigo publicado no “International Journal of Environmental Research and Public Health” em 2018 descobriu que esportes e atividades físicas melhoram a atenção, pensamento, aprendizado e memória nos primeiros anos de vida, além de influenciar positivamente as emoções e funções cerebrais das crianças. Apesar dos benefícios trazidos pela prática esportiva, relatório do Serviço Social da Indústria (Sesi) desenvolvido em 2023 revela um panorama preocupante, pois 52% dos brasileiros praticam pouca ou nenhuma atividade física, e a incidência de problemas de saúde é quase o dobro entre os indivíduos sedentários.

A cultura também é fundamental para a felicidade e bem-estar da população, proporcionando momentos de reflexão profunda ou permitindo manifestações do sentimento coletivo, que aprimoram o pertencimento e a coesão social. A cultura ocupa um papel tão fundamental na vida social que, segundo o Observatório Itaú Cultural, o setor cultural foi responsável pela geração de 7,4 milhões de empregos formais e informais no quarto trimestre de 2022, o que representa 7% do total de trabalhadores do país.

Além disso, trabalho da Universidade de Amsterdam, publicado no periódico “Frontiers in Neuroscience”, revelou que aulas de música na infância melhoram significativamente habilidades cognitivas em crianças, exercendo influência positiva sobre o desempenho acadêmico futuro. Essas habilidades incluem raciocínio linguístico, memória de longo prazo, planejamento e redução da timidez. A pesquisa também mostrou que aulas de arte visual aprimoram a memória visual e espacial.

Apesar da relevância dessas áreas, contudo, os equipamentos esportivos e culturais costumam ser subutilizados, muito por conta do mau estado de conservação provocado pelas restrições fiscais dos municípios e pela ausência de políticas integradas com outras áreas, como a educação.

Outro setor que merece mais atenção dentro das políticas do país é o turismo. Apesar de ter gerado um faturamento de mais de R\$ 121 bilhões de janeiro a agosto de 2023, segundo a Fecomercio/SP, e trazer a expectativa de criação de 7,9 milhões de postos de trabalho até o final de 2023, de acordo com o Relatório de Impacto Econômico do WTTC, o segmento se encontra muito abaixo do seu potencial. Em 2018, pré-pandemia, o Brasil ocupava a 52ª posição no ranking de turistas estrangeiros, com 6,6 milhões de viajantes, atrás da Argentina, com 6,9 milhões; das Filipinas, com 7,2 milhões; do Irã, com 7,3 milhões; e da Tunísia, com 8,3 milhões. Desde então, sequer retornou a estes patamares.

Esporte, Cultura e Turismo

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia. Esses elementos são essenciais para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos. Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia.

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar a cultura e o turismo e apoiar o esporte de base. Isso possibilita investimentos substanciais, enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos. O objetivo é fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Aumentar a atração de investimentos privados para o turismo e para eventos esportivos e culturais na cidade**
- **Aumentar as vagas de empregos geradas pelo setor privado nos setores de turismo, cultura e esporte no município**
- **Aumentar o número de eventos culturais promovidos com artistas locais, incentivando também o turismo**
- **Aumentar os Programas de Bolsas de Estudo e Incentivo para financiamento de jovens atletas, músicos e artistas de diferentes áreas**
- **Implantar um Programa de Desenvolvimento de Jovens Talentos no Esporte, envolvendo escolas, escolinhas, clubes locais e comunidade**
- **Promover competições que incentivem o esporte, a cultura e o turismo em diferentes modalidades**

Esporte, Cultura e Turismo

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos

Em muitos municípios, o acesso ao esporte, tanto em nível de lazer quanto competitivo, enfrenta obstáculos em termos de financiamento e infraestrutura adequada. A dependência excessiva dos recursos da prefeitura para manter e desenvolver espaços esportivos e programas muitas vezes limita a expansão e a diversificação das atividades esportivas disponíveis. Esse cenário restringe não apenas as oportunidades para atletas em ascensão e entusiastas do esporte, mas também limita o potencial de benefícios sociais e de saúde que o esporte pode oferecer à comunidade.

Para enfrentar esses desafios, é importante aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo, otimizando a eficiência dos gastos e visando até mesmo à redução dos gastos públicos com saúde no médio e longo prazo.

PROPOSTAS:

- Promover um Programa de Desenvolvimento de Jovens Talentos no Esporte como forma de colocar os nossos jovens e crianças na prática esportiva aos finais de semana, já que durante a semana estarão nas creches e escolas em tempo integral, reduzindo as possibilidades de estarem suscetíveis a atividades ilícitas.
- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios.
- Elaborar parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes.
- Atrair eventos esportivos para a cidade.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade.
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.

2) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos.

Atualmente, muitas cidades enfrentam o desafio de promover o acesso à cultura enquanto lidam com restrições orçamentárias e a necessidade de independência das influências políticas e ideológicas. O objetivo central a ser perseguido pela Prefeitura no setor deve ser aumentar o acesso da população à cultura de forma eficiente. Esta missão é importante para enriquecer a vida comunitária e estimular o desenvolvimento econômico local a partir de setores criativos como as artes, o design e o entretenimento.

Esporte, Cultura e Turismo

PROPOSTAS:

- Incentivar, por exemplo, o teatro, reizado, bumba meu boi, balé, quadrilhas, cinema, circo, orquestra, músicos e artistas locais em suas diferentes manifestações artísticas e culturais.
- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.
- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
- Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas.
- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
- Incentivar parcerias para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
- Implementar um processo de revisão periódica dos tombamentos existentes para garantir que atendam aos critérios atuais de valor histórico, cultural e arquitetônico.
- Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais novos tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados.
- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.

3) Potencializar o turismo e a valorização da identidade local para ampliar o apelo turístico e elevar a qualidade dos serviços oferecidos na cidade.

Identificando seus potenciais turísticos, a cidade pode impulsionar seu crescimento econômico. Oferecendo atrativos únicos e experiências de qualidade, complementados por uma infraestrutura turística bem desenvolvida e profissionais capacitados, estabelece-se uma base sólida para atrair e satisfazer visitantes, gerando, assim, maior receita e prosperidade local.

Esporte, Cultura e Turismo

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
- Promover eventos como festivais de música, feiras de artesanato, apresentações teatrais, exposições de arte (inclusive itinerantes ou em museus e galerias), eventos gastronômicos, folclóricos e automotivos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades dos diferentes setores e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial.

Geração de Emprego e Competitividade

O melhor programa social que existe é o emprego. Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens têm ainda mais dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes. Assim, parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país. São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

Também é preciso observar a importância da agropecuária para a geração de empregos e a ampliação da competitividade. Em 2022, a cadeia produtiva do agronegócio, na qual o Brasil é referência mundial no desenvolvimento de tecnologia, representou cerca de 25% do PIB nacional. Trata-se de um setor de muita relevância na economia do país.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios desempenham um papel de grande relevância na criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos. Eles têm uma função fundamental para remover as barreiras desnecessárias e simplificar as remanescentes para os empreendedores de qualquer porte. A Prefeitura também pode implementar infraestrutura adequada e fomentar a educação profissionalizante e técnica, alinhada às demandas do mercado local. A participação ativa dos municípios em redes de cooperação intermunicipal ser essenciais nesse contexto, visando ao desenvolvimento de polos econômicos regionais.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar o desempenho em índices de competitividade
- Aumentar o PIB per capita do município
- Reduzir o tempo médio para abertura de empresa
- Aumentar o número de empregos normais
- Aumentar o número de empresas abertas
- Revitalizar o centro da cidade

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego, além de revitalizar o centro da cidade.

O aumento do número de negócios e da capacidade produtiva das empresas instaladas no município é fundamental para a geração de empregos e aumento da renda da população. A disposição para investir, contudo, depende da segurança do empreendedor de que o poder público não será mais uma dificuldade ao seu negócio.

Geração de Emprego e Competitividade

A insegurança jurídica e a falta de regras claras e processos simples torna o município menos competitivo em relação aos demais, fazendo com que os empresários optem por se instalar em outros territórios, e isso deve ser combatido.

Assim, propõe-se que a Prefeitura observe as melhores práticas de desburocratização, simplificação, fortalecimento da livre concorrência e tenha a facilitação da abertura e desenvolvimento das empresas como diretrizes de atuação.

PROPOSTAS:

- Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
- Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
- Implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
- Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Implementar um ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.
- Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios, permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo.
- Revitalizar o centro da cidade para melhorar o seu potencial de comércio por meio de incentivos fiscais, promoção de eventos regulares, reforço da segurança com a Guarda Municipal, melhorar a infraestrutura, conservação do patrimônio público e habitação para aumentar o mercado consumidor.

2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.

A ampliação do emprego no município também depende de políticas focadas no contingente de pessoas desempregadas e com disposição para trabalhar. A Prefeitura deve ser a ponte entre o trabalhador capacitado e a vaga de emprego aberta.

Da mesma forma, o poder público não pode ser entrave para a atividade profissional, exigindo registros e licenças adicionais de trabalhadores autônomos para a comercialização de produtos e serviços lícitos.

Por fim, é válido o estudo de programas específicos de capacitação profissional, quando for identificado que a falta de habilidades técnicas é um entrave para a recolocação profissional das pessoas do município.

Geração de Emprego e Competitividade

PROPOSTAS:

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis.
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município;
- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.

3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.

A recepção de grandes negócios, como indústrias de maior porte e parques industriais e tecnológicos, em um município costuma ser motivo de disputa entre os gestores públicos, porque esses empreendimentos geram um grande volume de postos de trabalho direta e indiretamente e elevam a renda e o dinamismo econômico da região.

Essas empresas, contudo, tendem a se alocar em cidades com melhor infraestrutura instalada, com disponibilidade de mão de obra qualificada e com regras mais simples e menos burocráticas.

Assim, para que o município receba esses negócios, além de alterar regras que ampliem a competitividade, é preciso que a Prefeitura atue como uma representante comercial da cidade.

É necessário instalar uma política de atração de investimentos com metas claras, mapeamento dos principais setores econômicos da cidade e se fazer presente em ambientes corporativos para promover e divulgar a cidade e seus avanços institucionais.

PROPOSTAS:

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.
- Implantar um Polo Tecnológico para o desenvolvimento de atividades de tecnologia e inovação com o intuito de criar empregos para a população jovem, por exemplo, a partir da geração de softwares, games, e outros produtos e/ou patentes por start-ups, inclusive por meio de incubadoras.

Geração de Emprego e Competitividade

- 4) Garantir a segurança da propriedade privada e apoiar as operações agropecuárias.

A agropecuária é uma parte fundamental da economia brasileira. Reconhecendo essa realidade, é importante que a esfera municipal atue para incentivar a produtividade nas zonas rurais do município. Isso depende, principalmente, da regularização dos títulos de propriedade rural, o que garante ao produtor meios de defesa de sua propriedade e produção.

É importante que a Prefeitura também trabalhe para fomentar a melhoria e a ampliação da infraestrutura usada para o escoamento da produção. Para tanto, pode-se dialogar com os agropecuaristas da região para que doem as obras ou os projetos de engenharia para o município ou façam a adesão a programas de investimento privado em ativos públicos.

Por fim, é importante criar programas para a capacitação dos produtores e buscar reduzir as burocracias para a ampliação da cobertura de internet banda larga no município, de modo a intensificar o uso de tecnologia no agronegócio.

PROPOSTAS:

- Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.
- Manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais.
- Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações.
- Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

A sustentabilidade e a preservação ambiental são temas que vêm sendo amplamente discutidos, refletindo uma crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e com a gestão responsável dos recursos naturais. Essa conscientização é impulsionada pelas evidências crescentes das mudanças climáticas e pela urgência em adotar práticas sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

No Índice de Desempenho Ambiental de 2022, desenvolvido pelas universidades de Columbia e Yale, o Brasil ficou em 81º lugar de 180 países estudados. Foram avaliados 40 indicadores relativos à saúde ambiental, proteção de ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas. O Brasil registrou baixo desempenho em diversas categorias, ficando entre os piores do mundo em algumas delas, como reciclagem. Além disso, o país enfrenta desafios com a perda de cobertura florestal e o lançamento de plástico nos oceanos.

A situação brasileira não é melhor no que diz respeito ao bem-estar animal. Dados do Instituto Pet Brasil (IBP) indicam que há quase 185 mil animais resgatados por ONGs ou grupos de protetores após serem abandonados ou sofrerem maus-tratos. Destes, 177.562 são cães e 7.398 são gatos. O levantamento, realizado junto a 400 ONGs de todo o país, revelou que o número de animais de estimação em condição de vulnerabilidade mais do que dobrou no Brasil entre 2018 e 2020, passando de 3,9 milhões para 8,8 milhões.

Outra área na qual o Brasil ainda deixa a desejar é na conservação dos parques ambientais. Estudo do ICMBio sugere que cada real investido em unidades de conservação pode gerar R\$15,00 em benefícios econômicos. Estima-se que os parques brasileiros possam atrair até 56 milhões de visitantes por ano, criando 978 mil empregos e impactando o PIB em R\$ 44 bilhões. O cuidado de parques, portanto, não só é benéfico para a economia, mas também promove a preservação ambiental e a promoção do turismo sustentável no Brasil.

Por fim, algumas cidades enfrentam desafios como o despejo de esgoto não tratado diretamente nos rios e os lixões a céu aberto, bem como a ausência de coleta seletiva e reciclagem. É importante mencionar que um saneamento básico adequado é essencial para a proteção do meio ambiente.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Segundo as diretrizes constitucionais, é dever de todos os entes proteger o meio ambiente e combater a poluição em suas múltiplas formas. Essa responsabilidade inclui a gestão de áreas verdes, fauna, flora e a implementação de políticas para a preservação ambiental. Além disso, os municípios detêm a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual conforme necessário, podendo definir exigências adicionais às regras de licenciamento ambiental e até serem responsáveis por licenciar empreendimentos de menor porte.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Os municípios também podem instituir áreas de preservação permanente e gerir parques municipais. Nesse contexto, a concessão dos parques surge como um mecanismo relevante, permitindo o aprimoramento da infraestrutura, melhor qualidade nos serviços de ecoturismo e conservação ambiental.

Como parte da competência municipal sobre o saneamento básico, a Prefeitura é responsável pela reciclagem e fiscalização dos esgotos e fossas irregulares, devendo implementar a coleta seletiva e ampliar a cobertura de esgoto tratado. No mesmo sentido, é preciso preocupar-se com a implantação de políticas de eficiência energética, gestão responsável dos recursos hídricos do município e promoção de uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável.

Percebe-se que a efetividade das políticas ambientais depende da mudança de hábitos de toda população. Assim, o município também deve agir na conscientização das pessoas, criando uma cidade mais sustentável.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Aumentar a cobertura da coleta de resíduos sólidos urbanos**
- **Aumentar a cobertura de coleta seletiva urbana**
- **Implantar medidas de preservação dos parques e espaços ambientais**
- **Reduzir a destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos**
- **Aumentar o nível de segurança hídrica**
- **Aumentar as ações de cuidado aos animais**

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) **Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis e ampliar as ações de cuidado aos animais.**

A proteção do meio ambiente passa pela mudança de hábitos individuais. Para que os indicadores de proteção do meio ambiente melhorem, é importante que cada um seja mais consciente sobre o seu impacto na natureza. Assim, programas educacionais que informam a população a respeito da necessidade de coleta seletiva do lixo e sobre evitar condutas como as que provocam queimadas e poluição de cursos d'água são grandes aliados. Paralelamente, é importante promover campanhas de conscientização sobre o problema do abandono animal, incentivando a adoção responsável e a castração de animais de estimação. Essas iniciativas visam criar uma mudança de mentalidade e comportamento na sociedade, levando a uma realidade mais sustentável e harmoniosa entre comunidade e meio ambiente.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROPOSTAS:

- Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água.
- Estabelecer parcerias entre governo, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
- Estabelecer parcerias para viabilizar um sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos.
- Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.
- Estabelecer parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONG's) de proteção animal para fortalecer os esforços e recursos voltados para a causa.
- Reforçar a fiscalização e penalidades para maus tratos aos animais.
- Incentivar a microchipagem de animais para facilitar a identificação e localização em casos de perda ou abandono.
- Criar áreas de lazer dedicadas aos animais e realizar campanhas de vacinação em larga escala.
- Ampliar os serviços veterinários oferecidos aos animais.

2) Explorar o potencial turístico de parques públicos e aprimorar a experiência dos visitantes.

Atualmente, os parques urbanos no Brasil enfrentam desafios devido à falta de recursos e de expertise do Estado em sua administração, resultando em serviços muitas vezes aquém do ideal. Assim, é importante realizar investimentos em requalificação, modernização, operação e manutenção, com foco no ecoturismo e no uso público para explorar o potencial dos parques, seja turístico, seja do uso urbano para lazer ou integrando práticas culturais, por meio da melhora da experiência dos visitantes e gerando benefícios econômicos, como emprego e renda, além de fomentar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se com a agenda de responsabilidade socioambiental.

PROPOSTAS:

- Incentivar investimentos privados para a requalificação e modernização das instalações dos parques, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer.
- Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural e os atrativos dos parques, enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental.
- Oferecer uma gama diversificada de serviços, como alimentação e atividades recreativas, para melhorar a experiência dos visitantes e aumentar a receita dos parques.
- Garantir que o processo de concessão seja transparente, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos parques.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

3) Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios e lagos.

O aumento constante na produção de resíduos sólidos e a disposição inadequada desses materiais contribui para a poluição ambiental, a degradação de ecossistemas e a escassez de recursos naturais. Nesse cenário, o objetivo principal é implementar sistemas de reciclagem e gerenciamento de resíduos eficientes, para reduzir a necessidade de extração de matéria-prima da natureza e a quantidade de lixo enviado para aterros sanitários.

Para tanto, propõe-se fortalecer a coleta do lixo reciclável por meio da formalização de cooperativas para exercer a atividade, a criação de centros de compostagem e reciclagem por meio de parcerias com a iniciativa privada e o aumento da adesão da população à coleta seletiva por meio de campanhas educacionais, inclusive em escolas, em parceria com a Secretaria de Educação.

Por fim, projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos contribuem para a proteção de ecossistemas aquáticos e para a melhoria da qualidade de vida. Essas estratégias combinadas têm o potencial de reduzir o impacto ambiental dos resíduos e criar uma realidade mais sustentável.

PROPOSTAS:

- Apoiar a formação de cooperativas para coleta do material reciclável, incentivando a coleta seletiva e reciclagem.
- Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas.
- Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação.
- Implementar projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos.

4) Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.

O Brasil é carente de infraestrutura adequada, sendo costumeiramente discutidos nas cidades a ampliação das áreas verdes, os transportes públicos eficientes e sistemas adequados de abastecimento de água e saneamento, voltados à implementação de um ambiente socioambiental sustentável. Para atingir esse objetivo, é importante promover a arborização e a criação de corredores verdes, conectando áreas urbanas para reduzir a poluição do ar e proporcionando espaços de lazer. A renovação sustentável do transporte coletivo pode reduzir a emissão de poluentes e melhorar a qualidade do ar. Ainda, a inspeção e a auditoria das redes de água e esgoto ajudam a conservar os recursos hídricos. O impacto dessas estratégias gera uma melhoria notável na realidade urbana, com cidades mais verdes, proporcionando uma qualidade de vida superior aos seus habitantes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROPOSTAS:

- Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos.
- Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis.
- Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas do transporte coletivo, com foco na redução de poluentes.
- Executar inspeção e auditoria nas redes de água e esgoto para localizar e desativar conexões ilegais.
- Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética e hídrica em infraestrutura existente ou a ser construída.

Assistência Social

A assistência social busca proteger os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas cujos direitos básicos foram violados em razão de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, jurídicos e psicossociais. Nas últimas décadas, os municípios brasileiros vêm enfrentando diversos desafios nesse tema. Dados do IBGE apresentados na Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2022 apontam que 31,6% da população, equivalente a 67,8 milhões de pessoas, vivem com uma renda mensal de até R\$ 637,00 e 5,9% dos brasileiros, ou 12,7 milhões de pessoas, enfrentam condições de extrema pobreza, vivendo com, no máximo, R\$ 200,00 por mês.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2019 e 2022 o Brasil testemunhou um aumento de 38% na população em situação de rua, totalizando 281.472 pessoas, resultado de uma combinação de fatores, incluindo os impactos das políticas de restrição ao comércio e à circulação de pessoas para o combate à pandemia de Covid-19, o desemprego, a violência e outras variáveis.

Por isso, para um grande contingente de brasileiros, começar por conta própria pode ser uma tarefa extremamente árdua, uma vez que suas famílias estão presas em um ciclo de exclusão social. As políticas públicas mais comuns para abordar esses problemas têm um viés assistencialista, frequentemente oferecendo pagamentos ou fornecendo abrigo e alimentos. Isso resulta em uma considerável parcela da população dependente de apoio governamental, perpetuando a pobreza e criando uma dependência dos programas do governo.

Crucial, portanto, repensar a abordagem da assistência social, focando em programas com evidências de resultado, em que os beneficiários conseguiram melhorar a situação econômica e social e sair da vulnerabilidade.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define as responsabilidades dos quatro entes federativos: União, estados, municípios e o Distrito Federal. Por estarem mais próximos da comunidade e possuírem um conhecimento mais aprofundado das realidades locais, as cidades têm a atribuição de identificar, atender e encaminhar as necessidades de populações em risco, incluindo famílias, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e a população LGBTQIA+. Nesse contexto, as unidades de atendimento municipais executam essas responsabilidades a partir de estruturas como CRAS, CREAS, Centros POP, Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e Unidades de Acolhimento.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários. A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

Assistência Social

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir a população dependente de serviços de assistência e benefícios sociais por meio da conquista de sua autonomia
- Reduzir o número de pessoas em situação de rua
- Reduzir o percentual de famílias na pobreza e extrema pobreza

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) **Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas e fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias**

No contexto atual, muitos territórios enfrentam desafios complexos relacionados à pobreza, falta de acesso a serviços essenciais e problemas sociais, como gravidez na adolescência, desemprego, população em situação de rua e demandas de atendimento aos idosos. Para enfrentar essas questões, o objetivo principal é desenvolver diagnósticos socioterritoriais, a fim de identificar suas características únicas e, assim, direcionar políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Essa abordagem busca identificar as raízes dos problemas, garantindo que as intervenções sejam adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

Além disso, a Assistência Social enfrenta desafios na prestação de serviços devido à falta de capacitação das equipes e à ineficácia das políticas. O objetivo é fortalecer a gestão por meio de treinamentos contínuos, monitoramento e parcerias entre municípios. Essas estratégias têm o potencial de melhorar a qualidade dos serviços, proporcionando um atendimento mais eficaz e eficiente às pessoas em situação de vulnerabilidade.

PROPOSTAS:

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.
- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.

- 2) **Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.**

Tipicamente, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade têm dificuldade de acessar programas de assistência por falta de informação e limitações geográficas ou tecnológicas. Essa situação acaba perpetuando ciclos de pobreza e exclusão, tornando difícil para essas pessoas melhorarem suas condições de vida de maneira autônoma.

Assistência Social

Quando um indivíduo vulnerável faz seu registro no Cadastro Único, portas para programas de assistência e de segurança alimentar, como hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, acabam se abrindo. As hortas comunitárias promovem a produção local de alimentos, enquanto os bancos de alimentos focam na redistribuição de alimentos excedentes para os necessitados.

Paralelamente, Restaurantes Populares oferecem refeições saudáveis a custo reduzido e as cozinhas comunitárias são espaços de encontro e partilha de refeições. O impacto dessas medidas pode ser significativo, melhorando a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e fornecendo-lhes ferramentas para uma maior independência e inclusão social.

PROPOSTAS:

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.

3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

No cenário atual, populações como mulheres, crianças, idosos, imigrantes e a comunidade LGBTQIA+ enfrentam desafios significativos relacionados à vulnerabilidade e à violência. Para abordar esses problemas complexos, é essencial buscar estratégias eficazes de acolhimento e assistência. O objetivo em questão busca fortalecer e expandir as redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, a fim de desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+ e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
- Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais.

Habitação e Planejamento Urbano

Diversas cidades brasileiras convivem com graves déficits habitacionais, o que significa que parte da população reside em moradias precárias, sem estrutura mínima, em edificações irregulares ou mesmo muito distante dos centros urbanos.

Em parte, a causa disso são as regras que limitam as possibilidades de construção nas áreas centrais das cidades, gerando uma escassez artificial de moradia. Outro problema que deve ser enfrentado é a burocracia exagerada para as aprovações necessárias dos projetos de construção civil. Ademais, 60% dos imóveis brasileiros estão irregulares e metade dos imóveis não têm escritura⁸. Sem essa documentação, as pessoas ficam sujeitas à insegurança habitacional e sem endereço formal, o que dificulta ou impede o acesso a diversos direitos e serviços.

Outro problema comum é o abandono de áreas urbanas, gerando decadência e, com isso, bolsões de pobreza e criminalidade nas cidades. Similar a isso, temos o problema de regiões de grande potencial econômico, turístico ou de lazer, que são subutilizadas por falta de visão estratégica do poder público municipal e pela proibição de que os moradores e empresas instalados no local possam explorar esses espaços.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

São competências legais dos municípios planejar e gerenciar o desenvolvimento das cidades, o que envolve definir o zoneamento urbano e organizar o crescimento das cidades, para que ele ocorra de forma ordenada, assegurando o funcionamento de serviços como transporte, saúde, educação e saneamento básico. Também é de competência municipal a política de habitação, focada em promover o acesso à moradia e criar ambientes urbanos mais inclusivos.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o déficit imobiliário da cidade
- Reduzir o percentual de imóveis irregulares
- Aumentar a densidade habitacional nos bairros residenciais centrais
- Reduzir o tempo médio para a autorização de obras e aprovação de projetos

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.

A ausência de título de propriedade deixa as pessoas que habitam os imóveis irregulares na insegurança habitacional, podendo ser despejadas a qualquer momento. Outra consequência é a falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos na região e a construção de residências precárias, prendendo essas populações ao ciclo da pobreza. Regularizar essas terras é integrar populações marginalizadas à economia formal, facilitar a geração de riqueza e combater o crime.

Habitação e Planejamento Urbano

PROPOSTAS:

- Ampliar os programas de regularização fundiária, sem custos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.

2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município.

Exigências desnecessárias e processos burocráticos excessivos ou lentos para obtenção de autorizações para construir encarecem os imóveis regulares e em regiões centrais das cidades. Com o aumento dos preços, as populações residentes nos locais se vêem obrigadas a se mudar para imóveis irregulares ou mais distantes dos centros urbanos caso não consigam mais arcar com os valores necessários para morar com qualidade.

PROPOSTAS:

- Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos.
- Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
- Revisar as leis de zoneamento urbano vigentes, a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.

3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.

As restrições e os custos para construção nas áreas centrais das cidades têm resultado na implantação de programas de habitação social em áreas mais distantes dos centros urbanos e das infraestruturas essenciais. Então, propõe-se, então, reorientar a política de moradia popular, ampliando o uso do aluguel social de imóveis em regiões mais centrais, que facilitem o deslocamento das populações vulneráveis ao trabalho, o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e também a vivência da cidade.

PROPOSTAS:

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.
- Implementar o Aluguel Social, um subsídio de aluguel para auxiliar pessoas de baixa renda e populações vulneráveis a poderem locar imóveis de acordo com suas necessidades.

Habitação e Planejamento Urbano

- 4) Revitalizar centros ou áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade.

Cidades de médio e grande porte frequentemente possuem áreas centrais abandonadas ou em vias de abandono pela população e comércio.

Imóveis degradados, ruas vazias e atração da criminalidade criam um processo de retroalimentação negativa, gerando a destruição do local e, com ele, o desperdício do solo e de seu potencial construtivo.

Precisamos implementar políticas que reativem e reintegrem essas zonas, gerando moradia, empregos e segurança.

PROPOSTAS:

- Implementar uma legislação requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados.
- Revitalizar centros urbanos por meio da facilitação do processo de demolição de edifícios e da construção de novas estruturas com maior área ou altura no mesmo terreno.
- Implementar ações de zeladoria, patrulhamento e projetos de revitalização urbanística.

Transparência e Combate à Corrupção

Uma grande quantidade de recursos é perdida todos os anos, seja em desvios de recursos públicos ou mesmo pela escolha por políticas públicas ruins para a sociedade em geral, mas que beneficiam certos grupos de interesse econômico específico. Empregos e oportunidades são destruídos quando empresas e agentes públicos se unem para obter vantagens ilícitas e proteger seus setores e vidas são perdidas quando se deixa de implementar políticas públicas efetivas para desviar recursos.

Um dos fatores que contribuem para essa realidade é a abertura de brechas e oportunidades para os setores público e privado se envolverem em atos corruptos. Além disso, quando pessoas veem casos de corrupção passando impunes, cria-se um ambiente em que indivíduos podem se sentir encorajados a cometer delitos, acreditando que não enfrentarão consequências sérias. Assim, para combater a corrupção, é necessário abordar não apenas as falhas institucionais, mas também a cultura e os incentivos que podem levar indivíduos a escolher esse caminho.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

O município tem uma estrutura administrativa própria e executa parte do orçamento público nacional desempenhando funções essenciais para os cidadãos. Sendo assim, tratar de fiscalização, transparência e combate à corrupção na esfera municipal é fundamental, iniciando pela mitigação das condutas desviantes dos próprios agentes públicos municipais.

Para isso, o município pode prevenir a corrupção implementando políticas e práticas que reduzam as oportunidades para tais atos. Isso inclui a adoção de procedimentos administrativos eficientes e transparentes. Ao aumentar a transparência e estabelecer normas claras de conduta, os municípios facilitam a identificação de atos corruptos. Quanto menos obstáculos burocráticos, menos oportunidades de corrupção.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Aumentar o nível de transparência e governança pública**
- **Garantir conformidade de prazos e requisitos da Declaração de Contas Anuais (DCA)**
- **Reduzir a vulnerabilidade do município**

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) **Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.**

Regras em excesso, complexas e subjetivas, são o terreno perfeito para corruptos, pois quanto mais dificuldades existirem, mais vantajoso será oferecer uma facilidade de forma irregular.

Transparência e Combate à Corrupção

O Brasil é um país repleto de burocracias, que ao longo das últimas décadas só se expandiram. Precisamos reverter essa direção, revisando as normas, mantendo apenas as exigências necessárias e digitalizando e automatizando os processos administrativos.

PROPOSTAS:

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.

A transparência é um dever do Estado e é muito importante para aumentar a chance de que irregularidades sejam detectadas, desincentivando a corrupção. Também é fundamental para aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às decisões que estão sendo tomadas pela Prefeitura. Já existem diversas leis federais que criam mecanismos de transparência, mas muitas cidades não as implementaram plenamente, possuindo Portais da Transparência pouco amigáveis, pouco acessíveis e com sistemas que precisam ser aperfeiçoados. Por isso, o foco da atuação municipal é garantir a implementação plena da transparência ativa e passiva, contribuindo para a fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle das ações da Prefeitura.

PROPOSTAS:

- Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da utilização de diário oficial eletrônico.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações.
- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.

Gestão Pública

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Quando observamos as regras de gestão de pessoas no governo, é comum que as estruturas de carreiras causem incentivos perversos na conduta dos servidores, como nos casos de atendimento a critérios de progressão e promoção por capacitações com pouca adequação ao trabalho efetivamente desempenhado. Por outro lado, se a disposição para ocupar cargos de liderança e gestão não é premiada, os ganhos salariais são incompatíveis com o acréscimo de responsabilidades e com os riscos assumidos perante os órgãos de controle.

Os ciclos de gestão costumam ser insuficientes para orientar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e as avaliações de desempenho são realizadas de forma protocolar, o que equipara os servidores altamente produtivos e diligentes àqueles que precisam melhorar sua performance. As lideranças públicas não recebem treinamentos para ocupar suas posições e muitos secretários são escolhidos para atender demandas políticas, e não de gestão.

Essas ineficiências têm um impacto profundo na qualidade dos serviços públicos oferecidos, no desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de carreira e na competitividade e no desenvolvimento econômico e social das cidades.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

É essencial que se implemente uma cultura de gestão para resultados na administração pública, sendo necessário rever a estrutura de secretarias e selecionar secretários e gestores públicos por competência técnica, aplicando, inclusive, processos seletivos quando possível. É importante também capacitar e treinar as lideranças para que sejam capazes de repassar a cultura de gestão para resultado para suas equipes.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o percentual de pessoal por indicação política sem concurso
- Reduzir o número de secretarias
- Aumentar o percentual de processos digitalizados
- Aumentar a satisfação da população com a qualidade dos serviços prestados

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública para valorizar bons servidores, melhorar e desburocratizar a prestação de serviços públicos

Gestão Pública

O poder público municipal deve atuar para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, e a gestão tem papel fundamental nesse esforço. Nesse sentido, defende-se que a implantação de uma cultura de gestão para resultados, baseada na instalação de ciclos de gestão estruturados, transparentes e aplicados por lideranças públicas capacitadas, é a melhor forma de valorizar os servidores produtivos e dedicados, que contribuem para qualidade de vida na cidade.

Por fim, é necessário rever os mecanismos de seleção de pessoal, implementando processos seletivos para os cargos comissionados e revendo a Lei de Concursos Públicos local para prever etapas de conhecimento, habilidade e competências, em especial a possibilidade de cursos de formação, no qual o candidato será avaliado no desempenho das funções que serão parte de seu dia a dia.

PROPOSTAS:

- Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de reduzir e racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.
- Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho.
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
- Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.
- Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas.
- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.
- Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização.
- Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
- Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.

Finanças Públicas

O funcionamento de todas as políticas públicas municipais depende da saúde financeira da Prefeitura. Quando não há uma boa gestão financeira, o desenvolvimento urbano estagna, os serviços públicos essenciais sofrem com a falta de insumos e os salários dos servidores públicos ficam ameaçados por atrasos. O acúmulo de dívidas cria uma bola de neve, tornando necessário um ajuste fiscal cada vez mais rigoroso.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

Os municípios são encarregados de arrecadar impostos municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), além de gerir os fundos recebidos dos governos estadual e federal e as receitas extraordinárias. Essa arrecadação financia serviços como educação, saúde, infraestrutura urbana, segurança e assistência social. Além da arrecadação e alocação de recursos, os municípios têm a responsabilidade de elaborar e executar o orçamento municipal de forma transparente e responsável, garantindo que os gastos públicos sejam feitos de maneira eficiente e em conformidade com as necessidades e prioridades da cidade.

A gestão municipal deve modernizar processos internos e simplificar regras tributárias para reduzir custos desnecessários e agilizar a prestação de serviços à população. Além disso, é fundamental adotar práticas de planejamento financeiro responsável, baseadas em projeções realistas de receita e despesa, a fim de garantir estabilidade fiscal e previsibilidade para o futuro. Nesse sentido, é importante frisar que a implementação de reformas que controlem a expansão de gastos é uma medida inevitável durante qualquer gestão. Por isso, é importante constantemente identificar os pontos de pressão e possíveis dificuldades futuras, a fim de garantir a sustentabilidade das finanças municipais.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar o resultado fiscal, sem aumento da carga tributária
- Reduzir o valor do déficit da previdência em relação ao orçamento
- Reduzir a dívida bruta nominal e percentual
- Melhorar a classificação da capacidade de pagamento (CAPAG)

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOVO

- 1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

As principais atribuições da Secretaria da Fazenda estão relacionadas à gestão dos recursos financeiros do município e à geração de receita, especialmente na cobrança de impostos.

Finanças Públicas

Além disso, a estrutura administrativa fazendária é responsável pela emissão de certidões e outras informações necessárias para os moradores e empresas situadas nas cidades, algumas, inclusive, de grande sensibilidade, como certidões negativas de débitos tributários municipais, cuja não obtenção pode impedir as empresas sediadas no município de receberem pagamentos em contratos públicos. Assim, processos de pagamento de impostos, regularização fiscal e obtenção de documentos oficiais devem ser simples e ágeis, dispensando a presença física ou a documentação em papel.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões

2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

Orçamentos desequilibrados e previsões de receita imprecisas são fatores que podem precipitar crises fiscais em municípios. Por isso, a adoção de boas práticas na elaboração e execução do orçamento é vital para garantir uma gestão fiscal estável e previsível, evitando surpresas fiscais desagradáveis. O orçamento da cidade, sendo a espinha dorsal da execução de políticas públicas, orienta as ações municipais ao longo do ano e deve ser elaborada com responsabilidade. Não é correto superestimar receitas para justificar maiores gastos, ignorando as consequências de longo prazo. Essas práticas comprometem a integridade e a eficácia da gestão fiscal, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais prudente e transparente no manuseio das finanças públicas.

PROPOSTAS:

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

Finanças Públicas

3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

Aumentar a receita do município sem elevar impostos é um objetivo importante, que pode trazer benefícios significativos em tempos desafiadores. Encontrar fontes de receita extraordinária pode dar o fôlego necessário ao caixa da cidade, permitindo investimentos e abatimento de dívidas. Embora as possibilidades variem, existem estratégias aplicáveis a todas as cidades que podem ter um impacto relevante, em especial por meio de ganhos financeiros e pela alienação de imóveis públicos desocupados ou subutilizados.

PROPOSTAS:

- Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.
- Buscar receitas extraordinárias com ações como naming rights (concessão legal para nomear um evento ou local específico).

4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

O controle de gastos excessivos é essencial para prevenir déficits orçamentários que prejudicam a oferta de serviços essenciais. Implementar medidas de otimização de despesas é fundamental para qualquer município, objetivando não apenas economia imediata, mas também uma gestão financeira mais eficiente e sustentável. Essas ações contribuem para um impacto duradouro e positivo na saúde fiscal, assegurando uma administração responsável dos recursos públicos.

PROPOSTAS:

- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.
- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade